GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 4.659/2016

EMENTA – Cria a Superintendência Municipal de energia e Iluminação Pública do Município do Paulista – SEIP e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DO PAULISTA, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições institucionais que lhe são conferidas em função de seu cargo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO DA AUTARQUIA DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO


Parágrafo Único. A Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública do Município do Paulista – SEIP, terá sede e foro na cidade do Paulista/PE, tendo prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE

Art. 2º. A Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública do Município do Paulista – SEIP, atuará especificamente na área de prestação dos serviços de Gestão da energia elétrica dos prédios públicos de responsabilidade do município e da Iluminação pública do município, promovendo o melhoramento, manutenção, expansão e fiscalização do Sistema de Energia dos prédios e Iluminação pública e terá por finalidades:

I. Planejar, coordenar, controlar, executar e fiscalizar os serviços de melhoramento, manutenção e expansão do sistema de energia e Iluminação Pública no Município do Paulista;

II. Estabelecer critérios de operacionalização e manutenção dos Sistemas de Energia e Iluminação pública convencional e especial;

III. Levantar e sistematizar, por setor, a demanda efetiva e potencial por energia elétrica no Município do Paulista;

IV. Estabelecer fluxos operacionais de manutenção dos serviços, de forma a racionalizar e equalizar o suprimento de energia elétrica e a iluminação pública nos
GABINETE DO PREFEITO

diversos setores do Município do Paulista;

V. Estudar e propor tipos de iluminação tecnicamente mais adequados a cada logradouro público, de forma a propiciar uma iluminação pública satisfatória moderna e eficiente e economicamente viável;

VI. Licitar os serviços que não forem executados diretamente pela Superintendência, bem como os estudos de viabilidade técnica e a gestão, manutenção, ampliação, melhoramento do parque de iluminação pública do município;

VII. Estabelecer critérios para acompanhamento das faturas de energia elétrica dos prédios públicos do município;

VIII. Estabelecer procedimentos para solicitação de ligação regular ou provisória de energia elétrica para as unidades de responsabilidade do município;

IX. Estabelecer procedimentos para acompanhar o incremento de cargas na iluminação pública, bem como as reduções;

X. Criar mecanismos para eficientizar e racionalizar a energia elétrica dos prédios públicos do município;

XI. Aduer, sugerir mudanças na lei da CIP, fiscalizar o seu lançamento e arrecadação por parte do Distribuidora e os recursos arrecadados pelo lançamento do município através do IPTU;

XII. Encaminhar a relação dos inadimplentes da contribuição CIP para a procuradoria fazer a devida cobrança administrativa/judicial ou inscrever nos órgão de proteção e na dívida ativa do município;

XIII. Apresentar mensamente relatório com as despesas e as receitas originárias da CIP;

XIV. Aprovar o tipo de ligação de energia elétrica adequada para cada unidade consumidora de responsabilidade do município;

XV. Capacitar todos os colaboradores da Superintendência sobre as normas vigentes que regulam o fornecimento de energia elétrica.

Art. 3º. A Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública do Município do Paulista – SEIP, para o cumprimento de suas finalidades poderá firmar acordos, convênios e contratos com entidades públicas ou privadas, bem como mediante expressa autorização legislativa celebrar operações de créditos, financiamentos e licitar processos de PPP – Parceria Pública Privada.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 4º. O patrimônio inicial da Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública – SEIP, será constituído:
GABINETE DO PREFEITO

I. Pelos bens móveis e imóveis que lhe forem transferidos pelos órgãos do poder Executivo Municipal, na forma da Lei;

II. Pelos bens móveis e imóveis e direitos a ela transferidos em caráter defensivo, por pessoas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, bem como os que forem adquiridos com seus próprios recursos; e,

III. Pelos bens móveis e imóveis doados ou legados de forma irretatável ou que, a qualquer título, venham a ser objeto de aquisição definitiva, oriundas de pessoas a que se reporta o inciso anterior.

CAPÍTULO IV

RECEITA

Art. 5º. Constituirão receitas da Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública – SEIP:

I. Dotações próprias que lhe forem consignados no Orçamento e Municipal;

II. Transferências, auxílios ou subvenções Federais, Estaduais ou Municipais;

III. Recursos provenientes de Fundos destinados à execução de programas e projetos de iluminação pública, prédios público, eficiência energética ou afins;

IV. Receitas decorrentes da prestação de serviços de planejamento, implantação e manutenção de sistemas de energia e iluminação pública;

V. Recursos provenientes de Operações de Crédito, inclusive os oriundos de empréstimos ou financiamentos;

VI. Recursos provenientes da contribuição para o custeio da iluminação pública – CIP.

CAPÍTULO V

DOS CARGOS DE PROVIMENTOS EM COMISSÃO

Art. 6º. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração, através de ato do prefeito municipal, cabendo ao Superintendente Municipal de Energia e Iluminação Pública – SEIP proceder à indicação.

Art. 7º. O quadro de cargos de provimento em comissão, segundo a natureza, símbolo e quantitativo, são os seguintes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>NATUREZA</th>
<th>SÍMBOLO</th>
<th>QUANTITATIVO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>I. Superintendente</td>
<td>DAS-2</td>
<td>01</td>
</tr>
<tr>
<td>II. Chefe de Secretaria</td>
<td>DAS-6</td>
<td>01</td>
</tr>
<tr>
<td>III. Diretor Jurídico</td>
<td>DAS-3</td>
<td>01</td>
</tr>
<tr>
<td>IV. Diretor Técnico</td>
<td>DAS-3</td>
<td>01</td>
</tr>
</tbody>
</table>
GABINETE DO PREFEITO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo</th>
<th>Código</th>
<th>Ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>V. Diretor Administrativo/Fin.</td>
<td>DAS-3</td>
<td>01</td>
</tr>
<tr>
<td>VI. Diretor de Controle Interno</td>
<td>DAS-3</td>
<td>01</td>
</tr>
<tr>
<td>VII. Coordenador</td>
<td>DAS-5</td>
<td>02</td>
</tr>
<tr>
<td>VIII. Coordenador de Divisão</td>
<td>DAS-5</td>
<td>03</td>
</tr>
<tr>
<td>IX. Assessor Especial 2</td>
<td>DAS-7</td>
<td>03</td>
</tr>
</tbody>
</table>

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. O Superintende deverá aprovar o Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias após aprovação desta lei.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá todos os efeitos legais.

Paulista, 28 de dezembro de 2016.

Gilberto Gonçalves Feitosa Júnior
Prefeito